

EMENDA nº - PLENÁRIO
à Medida Provisória 1068, de 2021 (Modificativa)

Dê-se ao **Art. 8º-B, I e IV da Lei nº 12.965/2014, introduzido pela Medida Provisória 1068/2021**, a seguinte redação:

Art. 8º-B Em observância à liberdade de expressão, comunicação e manifestação de pensamento, a exclusão, o cancelamento ou a suspensão, total ou parcial, dos serviços e das funcionalidades da conta ou do perfil de usuário de redes sociais somente poderá ser realizado com justa causa e motivação.

§ 1º Considera-se caracterizada a justa causa nas seguintes hipóteses:

I - inadimplemento do usuário **aos termos de uso dos provedores**;

(...)

IV - prática das condutas previstas no art. 8º-C;

JUSTIFICAÇÃO

Considerando tratar-se de uma Medida Provisória negativa, por interferir na relação entre privados, atribuir mais poderes discricionários ao Estado e reduzir a concorrência do setor tecnológico, prejudicando os usuários, apresentamos esta Emenda buscando reduzir os danos que podem resultar da aprovação da Medida.

Recomenda-se que se deixe clara a possibilidade de moderação de contas que contrariem os termos de serviço estabelecidos pelos provedores, uma vez que a opção por disponibilizar uma aplicação não deve ser condicionada a um dever de admitir todo e qualquer tipo de comportamento, sob pena de se ferir a liberdade de iniciativa. Embora tal interpretação já seja possível, sugerimos que reste expressamente prevista, para permitir que uma rede social destinada a discutir esportes, por exemplo, não seja



impedida de aplicar penalidades em face de usuários que se desviassem de seu escopo, por exemplo, ao trazer discussões sobre controvérsias políticas ou religiosas. Com isso, esclarece-se que os provedores podem fazer valer as normas de contratação aceitas por seus usuários para que apenas temas pertinentes sejam ali mantidos, evitando que haja uma frustração de expectativas e corrosão da experiência.

Nesse sentido, a quebra contratual é suficiente para encerrar o vínculo jurídico entre as partes, e aqui não poderia deixar de ser diferente. Lembre-se aqui que Poder Público e particulares operam segundo critérios muito diversos e, por essa razão, não se pode impor a estes as mesmas obrigações aplicáveis àqueles. Enquanto o Estado só pode limitar discursos ilícitos – porque não lhe cabe mostrar predileção por um ou outro –, os provedores têm o direito de manter e operar ambientes que eles e seus usuários considerem apropriados e convenientes. Além disso, o termo "reiterada" trazido no inciso IV sugere que infrações ou abusos significativos não possam ser penalizados com a exclusão, o cancelamento ou a suspensão da conta, acabando por incentivar sua ocorrência. Assim, sob pena de inviabilizar a gradação das sanções, sugere-se sua exclusão.

Sala das Sessões , em de de 2021.

Deputado **TIAGO MITRAUD**
(NOVO/MG)

